

RELATÓRIO EXECUTIVO SANEAMENTO

11 de setembro de 2018

Para ler os artigos de seu interesse basta clicar sobre os títulos do índice

Regulação

Companhias de saneamento debatem setor na FGV

No último dia 10/09/2018, o Grupo de Economia da Infraestrutura e Soluções Ambientais da FGV organizou um debate com representantes dos operadores do setor de saneamento para discutir as prioridades para o próximo governo. Compareceram ao evento Teresa Vernaglia (BRK Ambiental), Paulo Roberto de Oliveira (GS Inima), Rogério Tavares (Aegea), Gustavo Guimarães (Iguá) e Tadeu Mendonça (Copasa). **(Pág. 2).**

Discussão sobre MP 844 não avança no Congresso

No último dia 04/09/2018, a reunião da comissão mista que avalia a MP 844/2018 não apresentou quórum na seção que deveria eleger o presidente e vice-presidente da mesa diretora. Com isso, os trabalhos da comissão não avançaram.

No mesmo dia, o Partido dos Trabalhadores (PT) impetrou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Medida Provisória. **(Pág. 3).**

Justiça determina suspensão da tarifa de esgoto em Goiânia

No último dia 03/09/2018, o juiz Luciano Borges da Silva, da 8ª Vara Civil do estado de Goiás, julgou a Ação Civil Pública 5272466.11.2018.8.09.0051, determinando que a Saneamento de Goiás S/A (Saneago) suspenda a cobrança de tarifa pelo tratamento de esgoto dos usuários servidos pela ETE - Seixo de Brito, em Goiânia. **(Pág. 3).**

Entrevista Especial

SO+MA estimula atitudes positivas em favor do meio ambiente e da sociedade

Em entrevista ao Relatório Executivo, Cláudia Pires, fundadora da startup SO+MA, que participa nesta quarta-feira de webinar na GO Associados com o tema "Reciclagem e Consumo Consciente", explica que a intenção inicial para a fundação da empresa foi estimular a reciclagem de materiais e oferecer vantagens por isso. **(Pág. 4).**

Agenda Bianual da Água (Pág. 5)

Links de interesse (Pág. 6)

Parcerias e Concessões (Pág. 7)

COMPANHIAS DE SANEAMENTO DEBATEM SETOR NA FGV

O ano de 2018 será marcado por eleições nos âmbitos estadual e federal. Apesar de o saneamento básico ser atribuição municipal, as demais esferas do governo influenciam diretamente o setor, seja por meio da atuação das companhias estaduais de saneamento, que servem a maior parte da população do país, ou por questões tributárias e do marco legal do setor, no âmbito federal. No último dia 10/09/2018, o Grupo de Economia da Infraestrutura e Soluções Ambientais da FGV organizou um debate com representantes dos operadores do setor. Compareceram ao evento Teresa Vernaglia (BRK Ambiental), Paulo Roberto de Oliveira (GS Inima), Rogério Tavares (AEGEA), Gustavo Guimarães (Iguá) e Tadeu Mendonça (Copasa).



- Teresa Vernaglia, presidente da BRK Ambiental, apresentou sua experiência no mercado de telecomunicações, no qual existem tensões entre os operadores e os governos locais. Segundo a presidente da BRK Ambiental, as boas diretrizes regulatórias federais garantem a segurança para o investimento e o saneamento deve incorporar os aprendizados de outros setores neste sentido. Em relação às propostas para o setor de saneamento no próximo governo, destacou a importância de obrigatoriedade de pagamento da tarifa de esgoto no momento em que há disponibilidade da rede, como forma de incentivar a população a se conectar ao sistema de esgotamento sanitário.
- Para o presidente da GS Inima, Paulo Roberto, o argumento do subsídio cruzado não deve ser usado para a manutenção do atual marco regulatório do setor, uma vez que este sistema foi constituído na década de 1970, com o Planasa. Atualmente, os municípios de menor porte e renda ainda sofrem com a falta de acesso a serviços de saneamento básico. Foi sugerido que a forma mais adequada de subsídio é o que é dado diretamente para o usuário e, para isso, poderiam ser utilizados recursos do Orçamento Geral da União (OGU).
- Tadeu Mendonça, vice-presidente da Copasa, apontou a importância de inserir o saneamento no centro do debate público, porém criticou os artigos 8 e 10 da MP 844. Segundo Tadeu, a medida provisória tem grande preocupação com a atração de investimentos, mas não em garantir as condições locais para a operação dos serviços, incluindo educação ambiental e cobrança de que sustentem os custos de operação, independente da natureza do prestador.
- Segundo estimativas apresentadas por Rogério Tavares, diretor de Relações Institucionais da Aegae Saneamento, os desembolsos de bancos de fomento e outros recursos públicos para o setor com o objetivo de universalizar o acesso a água e esgoto devem atingir R\$ 180 bilhões até 2033. Isso significa que o mercado privado e de capitais precisaria investir R\$ 120 bilhões, no mínimo, para atingir a meta de R\$ 300 bilhões prevista no Plansab. Os integrantes da mesa concordaram que o investimento necessário deve ser maior do que este, previsto em 2013. Tavares destacou como ponto essencial da MP 844/2018 que os contratos de programa devem ter o mesmo regramento que contratos de concessão, com metas e prazos bem estabelecidos para a prestação dos serviços.

- Gustavo Guimarães, presidente da Iguá Saneamento, apontou para a necessidade da visão ampla do saneamento ambiental, que inclua também a gestão de resíduos e a drenagem urbana. Sem esta gestão completa, soluções para o setor não têm como atingir os objetivos de melhora da qualidade de vida da população. Guimarães sugeriu ainda que os recursos do Orçamento Geral da União (OGU) poderiam ser utilizados para financiar planos municipais.
- **No próximo dia 20/09/2018, a GO Associados organizará um painel na Feira Nacional de Saneamento e Meio Ambiente (Fenasan), às 15h. Foram convidados representantes dos candidatos à Presidência da República, que vão debater as propostas para o setor na próxima gestão. Estão confirmados João Paulo Papa (PSDB), João Paulo Ribeiro Capobianco (Rede), Miriam Belchior (PT) e Diogo Costa (Novo).**

DISCUSSÃO SOBRE MP 844 NÃO AVANÇA NO CONGRESSO

- No último dia 04/09/2018, a reunião da comissão mista que avalia a MP 844/2018 não apresentou quórum na seção que deveria eleger o presidente e vice-presidente da mesa diretora. Com isso, os trabalhos da comissão não avançaram.
- No mesmo dia, o Partido dos Trabalhadores (PT) impetrou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Medida Provisória, questionando a suposta interferência do governo federal em assuntos de ordem municipal, bem como a legalidade da utilização de medida provisória sem os requisitos mínimos de urgência do tema.
- No dia 05/09/2018, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado realizou uma audiência pública para debater a medida.

JUSTIÇA DETERMINA SUSPENSÃO DA TARIFA DE ESGOTO EM GOIÂNIA

- No último dia 03/09/2018, o juiz Luciano Borges da Silva, da 8ª Vara Civil do estado de Goiás, julgou a Ação Civil Pública 5272466.11.2018.8.09.0051, determinando que a Saneamento de Goiás S/A (Saneago) suspenda a cobrança de tarifa pelo tratamento de esgoto dos usuários servidos pela ETE - Seixo de Brito, em Goiânia.
- A decisão foi baseada no Inquérito Civil Público 005/2018 do Ministério Público, que determinou que a estação não apresenta nível adequado de tratamento de esgoto, com uma redução de apenas 38,65% na Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO).
- Segundo a Resolução 042/2005 da agência reguladora AGR, 80% da taxa de esgotamento sanitária é cobrada para a coleta do esgoto, enquanto 20% correspondem ao tratamento. A cobrança desta parcela de 20% para o tratamento foi proibida pela decisão.
- A companhia já havia assinado no ano de 2008 o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no âmbito do processo 0370909.87.2015.8.09.0051, pelo qual se comprometeu com a instalação de tratamento secundário do esgoto na ETE.

SO+MA ESTIMULA ATITUDES POSITIVAS EM FAVOR DO MEIO AMBIENTE E DA SOCIEDADE

Estimular as atitudes positivas e mudar os hábitos das pessoas em favor da sociedade e do meio ambiente. Este é o principal objetivo da *startup* So+Ma, criada em 2014, e cujo programa de reciclagem de materiais, em troca de pontos, já alcançou importantes resultados práticos. “Temos mais de mil famílias participantes e foram desviados dos aterros mais de 80 mil quilos de resíduos sólidos”, afirma Cláudia Pires, fundadora da empresa.



Em entrevista ao Relatório Executivo, Cláudia, que participa nesta quarta-feira de webinar (*conference call*) na **GO Associados** com o tema “Reciclagem e Consumo Consciente”, explica que a intenção inicial foi estimular a reciclagem de materiais e oferecer vantagens por isso. “No nosso programa, trocamos as atitudes positivas por recompensas, como alimentação básica e curso de capacitação de pequena duração, para criar uma nova habilidade”, diz.

Apesar da tentativa de buscar apoio das prefeituras para tornar o programa uma política pública, Cláudia destaca as dificuldades nesse sentido. “Estamos hoje conversando com algumas cidades, uma no Sul do país, com um termo de cooperação. Mas é muito demorado.”

A seguir, a íntegra da entrevista ao RE.

Relatório Executivo - Como funciona o programa de vantagens So+Ma?

Cláudia Pires – É um programa de incentivos para atitudes positivas. O objetivo é que, através de comportamentos, as pessoas ganhem pontos, que são acumulados, e podem ser trocados por várias recompensas.

RE – O programa é ligado a reciclagem de materiais?

CP – Quando criamos a startup, no final de 2014, começou com o comportamento da reciclagem. Foi o primeiro que incentivamos que fosse mudado. As pessoas reciclam e começam a acumular pontos por essa atitude, por esse ato. Elas entregam esses resíduos em uma casa. Não é uma estrutura da Soma. Temos um parceiro, executor, uma cooperativa de catadores. O resíduo que chega é encaminhado para a prensa e para venda e há um resultado financeiro do material reciclado.

RE – Qual o tipo de material reciclado é aceito no programa?

CP – Os materiais que a cooperativa consegue vender nós pontuamos. Tudo que é passível de ser reciclável e que pode entrar novamente para a cadeia produtiva. Não recebemos nada que não tem uma destinação.

RE – O programa tem hoje outros objetivos?

CP – Agora que aprendemos com esse processo, estamos começando a ampliar para outros comportamentos que queremos incentivar positivamente, tais como a relação das pessoas com a água, com a economia, comportamento, para que sejam gerados impactos econômicos e ambientais positivos.

RE – É similar aos programas de pontuação de cartões, por exemplo?

CP – A diferença é que, no nosso caso, em vez de a gente olhar quanto se gasta, o que consideramos é o que é feito de positivo. No nosso programa, trocamos as atitudes positivas por recompensas, como alimentação básica e curso de capacitação de pequena duração, para criar uma nova habilidade. Nossa diferença é como você ganha os seus pontos e onde usá-los, de forma que seja positivo para a pessoa e sociedade.

RE - Por que você se interessou em fazer esse tipo de trabalho?

CP – Temos um olhar especial para a baixa renda. Mudar o hábito, todos têm que fazer. Somos muito baseados na teoria da economia comportamental. O nosso comportamento gera muitos impactos, positivos ou negativos. Queremos trabalhar pequenos gatilhos para que as pessoas comecem devagar a olhar pequenas atitudes no dia a dia.

RE – Quais as principais dificuldades para implantar o programa? Há uma boa receptividade das pessoas?

CP – Com pequenas recompensas, as pessoas devagar começam a prestar atenção e veem quão interessante é essa mudança de atitude. A partir do momento em que se repete a atividade e se mostra o que de positivo traz para a pessoa e para a comunidade, a mudança de hábito vai ocorrendo, muitas vezes de uma hora para outra.

RE – Quais os resultados obtidos desde o início do programa?

CP – Iniciamos em uma comunidade no Capão Redondo, na periferia de São Paulo, em abril de 2015. Após aprendermos nesse projeto inicial, estendemos para o Grajaú, em abril de 2017. Nessas duas comunidades, temos mais de mil famílias participantes e foram desviados dos aterros mais de 80 mil quilos de resíduos sólidos. Hoje, sabemos a quantidade de cada tipo de resíduo e já temos gente que fez curso de cabeleireiro e começou a trabalhar com essa atividade; pessoas que trocavam os resíduos por óleo e farinha e com isso a padaria que tocavam ficou mais lucrativa. Além disso, recentemente, fizemos parceria com a empresa Rappi, que faz entregas na cidade. E temos como apoiadores financeiros grandes empresas, como Cargill e a Heineken.

RE – Um dos objetivos de vocês é buscar apoio das prefeituras, para tornar o programa políticas públicas? Isso vem ocorrendo?

CP – Essa é uma parte dolorida. Temos esse objetivo, mas a burocracia é muito grande. Estamos hoje conversando com algumas cidades, uma no Sul do país, com um termo de cooperação. Mas é muito demorado. O objetivo é que possamos medir a redução do que iria para aterros, o impacto na saúde onde operamos, que são superpositivas aos governos. Queremos muito fazer isso em conjunto, mas nada avançou ainda.

AGENDA BIANUAL DA ÁGUA

Próximos Eventos

16 a 21 de
Setembro

IWA World Water Congress & Exhibition

O evento traz mais de 5.500 profissionais da água e relacionados de mais de 100 países oferecendo novos conhecimentos como as principais práticas que moldam a grande transformação da gestão da água.



Tóquio (Japão)

18 a 20 de
Setembro

Fenasan 2018

- Consolidada e reconhecida como uma das mais importantes feiras do setor de saneamento realizadas no Brasil e no exterior. Em 2018 ocorre em parceria com a IFAT



São Paulo (Brasil)

Eventos Futuros

2018

18 a 20 de Set	Fenasan 2018	São Paulo - SP
27 a 29 de Set	13º Seminário Nacional de Resíduos Sólidos	Cuiabá - MT
29 de Set a 03 de Out	WEFTEC 2018	Nova Orleans (EUA)
20 a 24 de Nov	XIV Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste	Maceió - AL
21 a 22 de Nov	Water, Wastewater and Environmental Monitoring 2018	Telford (UK)
26 a 28 de Nov	Rio Water Week 2018	Rio de Janeiro - RJ

LINKS DE INTERESSE

- <http://abar.org.br/audiencia-publica-debate-mp-do-saneamento/>
- <https://www.valor.com.br/politica/5716701/alckmin-e-marina-fazem-contraponto-em-sabatina-com-setor-de-construcao>
- <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/08/e-preciso-avancar-na-nacao-de-milhoes-sem-saneamento.shtml>
- <http://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-08/universalizacao-do-saneamento-no-pais-economizaria-r-14-bi-por-ano>
- https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2018/08/07/interna_nacional,978714/governo-critica-postura-de-associacoes-contrarias-a-mp-do-saneamento.shtml
- <https://image-store.slidesharecdn.com/ab7d6dd3-77c4-4d7e-8851-e36d220d2d5e-original.jpeg>
- <http://site.sanepar.com.br/sites/site.sanepar.com.br/files/investidoresarquivos/relatorio2oitr2018.pdf>
- <http://abar.org.br/residuos-solidos-agrese-encerra-o-edital-de-chamamento-publico-para-os-estudos-no-agreste-central-sergipano/>
- <https://www.saneamentobasico.com.br/obras-publicas-paralisadas-brasil/>
- <https://www.saneamentobasico.com.br/obra-impede-esgoto-billings/>
- <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/08/sabesp-tem-queda-de-45-no-lucro-do-segundo-trimestre.shtml>
- <http://www.ezute.org.br/fundacao-ezute-assina-contrato-para-modernizar-cobranca-pelo-uso-da-agua-das-bacias-dos-rios-piracicaba-capivari-e-jundiari/>

PARCERIAS E CONCESSÕES EM SANEAMENTO

Modalidade	UF	Município	Objeto	Status	Acompanhamento
Concessão Comum	SP	Ubatuba	Água e esgoto	4. Suspenso	Fevereiro/2017 - Suspenso
Concessão Comum	SP	Mirandópolis	Água e esgoto	4. Suspenso	Fevereiro/2017 - Suspenso
Concessão Comum	RS	Erechim	Água e esgoto	4. Suspenso	Janeiro/2018 – Suspenso em 12/01/2018
Concessão Comum	PE	Petrolina	Águas e esgoto	1. Estudos	Fevereiro/2018 – 3 empresas cadastradas na PMI
PPP	ES	Cariacica e Viana	Esgoto	1. Estudos	Março/2017 – EBP realizou estudos para PPP nas cidades do ES
PPP	ES	Guarapari e Fundão	Esgoto	1. Estudos	Março/2017 – EBP realizou estudos para PPP nas cidades do ES
A definir	SC	Itaiópolis	Água e esgoto	1. Estudos	Setembro/2017 – Aviso de PMI para estudos de concessão de serviços de água e esgoto. Propostas devem ser entregues até 27/10/2016.
BNDES	RJ	Cedae – RJ	A Definir	1. Estudos	Companhias contratadas pelo BNDES realizam estudos para a modelagem da atuação privada junto às companhias estaduais de saneamento. Artigo 10-B da MP 844/18 permite a manutenção dos contratos de programa após alienação das ações das companhias.
BNDES	AP	Caesa – AM	A Definir	1. Estudos	
BNDES	CE	Cagece – CE	A Definir	1. Estudos	
BNDES	AL	Casal – AL	A Definir	1. Estudos	
BNDES	PA	Cosanpa – PA	A Definir	1. Estudos	
BNDES	PE	Compesa – PE	A Definir	1. Estudos	
BNDES	SE	Deso – SE	A Definir	1. Estudos	
BNDES	AC	Depasa – AC	A Definir	1. Estudos	

A GO Associados adota as melhores práticas e conceitos provenientes de diferentes áreas do conhecimento para propor soluções e parcerias para instituições público e privadas, mediante abordagem multidisciplinar.

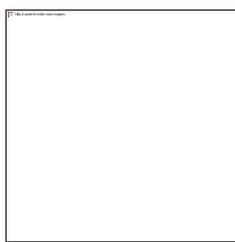
Com periodicidade semanal, o Relatório Executivo traz notícias exclusivas e relevantes do setor, além dos principais indicadores e uma agenda bianual com os eventos mais importantes.

EXPERIÊNCIA E EXCELÊNCIA NA ÁREA DE SANEAMENTO

Conselho Editorial



Álvaro José da Costa
Ex-presidente da Casal
Engenheiro Civil



Gesner Oliveira
Ex-presidente da Sabesp
Economista



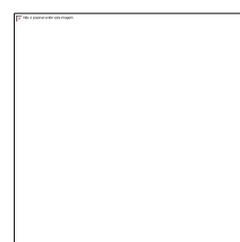
Fernando Marcato
Ex-Secretário Executivo de Novos
Negócios da Sabesp. Advogado



Marcio Saba Abud
Ex-diretor da Sabesp
Economista



Carlos Alberto Rosito
Vice-presidente da ABES
Engenheiro Civil



Artur Ferreira
Associado especializado em Saneamento
Administrador de Empresas

Editores



Pedro Scazufca
Ex-assessor da Presidência da Sabesp
Economista



Mauro Arbex
Editor do Relatório Executivo
Jornalista e Sócio da Letras &
Fatos